



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0000098-89.2006.8.17.1500 (0270274-5)**

**APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: ELIAS ALEXANDRE DA SILVA**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

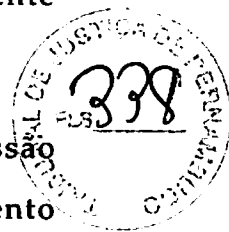
**RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima**

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: Adriana Fontes**

**EMENTA:** PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ARTIGO 121, §1º, DO CP. PENA. MANUTENÇÃO. ADEQUADA ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ARTIGO 59 DO CP, COM COERENTE E PROPORCIONAL FIXAÇÃO DA PENA-BASE. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. NÃO INCIDÊNCIA. MINORANTE DO PRIVILÉGIO. APROPRIADA REDUÇÃO DE 1/3 (UM TERÇO). MANUTENÇÃO DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA. – À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

1. Na primeira fase da dosimetria, a juíza sentenciante realizou um adequado exame das circunstâncias judiciais do

artigo 59 do CP, fixando a pena-base em patamar condizente com tal análise. Não há, portanto, reparo a ser feito.



2. Não se verifica a incidência da atenuante da confissão espontânea no caso dos autos, vez que em nenhum momento o acusado assumiu ter cometido o crime, atribuindo a morte da vítima a um mero acidente e, em plenário, arguindo tese excludente de ilicitude, o que afasta a configuração da atenuante.
3. Não há relação entre o exame das circunstâncias judiciais e o patamar de redução decorrente da minorante do homicídio privilegiado. Na verdade, os critérios para a diminuição com base no privilégio estão expressamente contidos no artigo 121, §1º, do CP, quais sejam: relevância do valor moral ou social, intensidade do domínio do réu pela violenta emoção ou grau de injusta provocação da vítima. *In casu*, por entender que não foi tão intenso o domínio do acusado pela violenta emoção, a juíza reduziu a pena em apenas 1/3 (um terço), tudo nos termos legais e com base nas circunstâncias do fato. Logo, não há qualquer reparo a ser feito também nesta parte.
4. No mais, como consequência do entendimento supra, não há motivo para a alteração do regime inicial de cumprimento da pena, até por se encontrar em harmonia com as disposições do artigo 33, §2º, *b*, do Estatuto Repressivo.

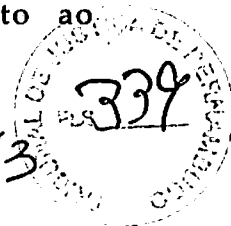
### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0000098-89.2006.8.17.1500 (0270274-5), em

que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, unanimemente, em negar provimento ao recurso a fim de manter na íntegra a sentença impugnada.

Recife, 22 de 03

de 20 13



  
Des. Gustavo Augusto Lima  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000098-89.2006.8.17.1500 (0270274-5)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: ELIAS ALEXANDRE DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Adriana Fontes

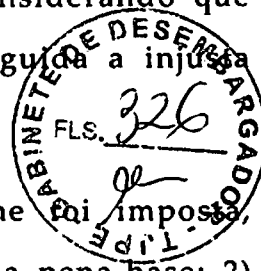
RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de apelação interposto por ELIAS ALEXANDRE DA SILVA em face da sentença exarada pela Exmª Juíza Presidente do Tribunal do Júri da Comarca de Tracunhaém, condenando-o a 06 (seis) anos de reclusão pela prática de crime tipificado no artigo 121, §1º, do Código Penal.

Relata a denúncia que, no dia 21 de janeiro de 2000, por volta das 23h00, o acusado discutiu com o seu genitor, o Sr. Severino Alexandre da Silva, e foi agredido por ele. Ocorre que, pouco depois, utilizando-se de um instrumento contundente não especificado, o réu atingiu o seu pai na cabeça, matando-o.

O apelante foi denunciado e pronunciado pelo crime de homicídio simples (artigo 121, *caput*, do CP), mas, em plenário, o júri

entendeu por condená-lo por homicídio privilegiado, considerando que ele agiu sob o domínio de violenta emoção logo em seguida à injusta provocação da vítima.



Insurge-se o réu contra a sanção que lhe foi imposta, dizendo: 1) que houve exacerbação quando da fixação da pena-base; 2) que a juíza deveria ter observado a incidência da atenuante da confissão espontânea; e 3) que a minorante do privilégio (§1º do artigo 121) deveria ter sido aplicada em seu grau máximo, já que as circunstâncias judiciais lhe seriam favoráveis. Com a redução da pena, pede a alteração do regime de cumprimento para o aberto.

Em suas contra-razões, às fls. 309/312, a ilustre Representante do Ministério Público pugna pela manutenção integral da decisão de primeira instância.

Instada a se pronunciar, a Procuradoria de Justiça também opinou pelo não provimento do recurso.

### É O RELATÓRIO.

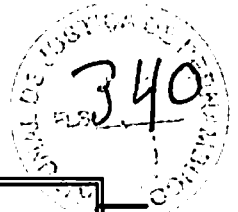
À Douta Revisão.

Recife, 14 de novembro de 2012.

  
Des. Gustavo Augusto Lima  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000098-89.2006.8.17.1500 (0270274-5)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: ELIAS ALEXANDRE DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Adriana Fontes

VOTO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

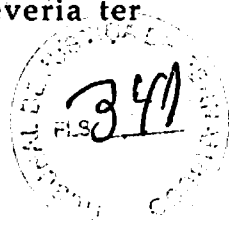
Sr(a). Procurador(a).

ELIAS ALEXANDRE DA SILVA foi condenado a 06 (seis) anos de reclusão pela prática de crime previsto no artigo 121, §1º, do Código Penal, por força de decisão proferida no Tribunal do Júri da Comarca de Tracunhaém.

Inconformado com o teor da decisão, o réu interpõe o presente recurso, pugnando pela redução do *quantum* da pena e pela conseqüente modificação do regime inicial de cumprimento para o aberto.

Diz que houve exagero da juíza quando da fixação da pena-base em 09 (nove) anos de reclusão sem fundamentação hábil, inclusive desconsiderando a sua primariedade e bons antecedentes. Afirma, também, que deveria ter sido observada a incidência da atenuante da confissão espontânea. Além disso, alega que as circunstâncias judiciais,

em sua maioria, são favoráveis a ele, pelo que a magistrada deveria ter aplicado a minorante do privilégio em seu grau máximo.



Não merecem guarida as alegações do recorrente.

Da análise dos autos, constata-se que a ilustre Juíza Presidente realizou um adequado exame das circunstâncias judiciais do artigo 59 do CP, considerando desfavoráveis a conduta social do réu (por ser *"uma pessoa violenta, conforme prova testemunhal dos autos"*) e a culpabilidade (elevada, até porque a vítima se tratava do genitor do acusado).

Diante de tais circunstâncias, a eminente julgadora terminou por fixar a pena-base em 09 (nove) anos de reclusão, patamar que não pode ser tido como exacerbado, uma vez que a pena em abstrato para o crime varia de 06 (seis) a 20 (vinte) anos de reclusão.

A meu ver, as graves considerações feitas pela magistrada em relação à conduta social e à culpabilidade do acusado justificam a fixação da pena-base no patamar estabelecido, impossibilitando, de qualquer forma, a fixação da pena-base no mínimo legal, como requer o apelante.

De outra parte, sabe-se que o julgador não está obrigado a analisar exaustivamente cada uma das circunstâncias judiciais do artigo 59 do CP, podendo se ater àquelas que, no seu entender, são decisivas para a dosagem, como ocorreu no caso em tela. Neste sentido:

***STF: "As circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP são da discricionária apreciação do magistrado, que, ao fixar a duração da pena, não está obrigado a analisar exaustivamente cada uma delas, bastando fixar-se nas reputadas decisivas para a dosagem – no caso bem explícitas pelas instâncias ordinárias" (RT 641/397-8)<sup>1</sup>***

---

<sup>1</sup> In MIRABETE, Julio Fabbrini. FABBRINI, Renato N. Código Penal Interpretado. 6ª Edição. Editora Atlas. Pág. 456.

Ademais, é importante destacar que o juiz, na fixação da pena-base, goza de certa discricionariedade, pelo que, não havendo afronta evidente ao princípio da proporcionalidade, deve ser mantido o *quantum* por ele estabelecido.



Na segunda etapa da dosimetria, tenho que a juíza novamente andou bem ao não aplicar a atenuante da confissão espontânea, uma vez que o réu em nenhum momento assumiu ter cometido o crime, atribuindo a morte da vítima a um mero "acidente" (ela teria caído com a cabeça em cima de uma pedra), e, em plenário, argüindo tese excludente de ilicitude (legítima defesa), o que, entendo, afasta a configuração da atenuante, não se podendo falar em confissão espontânea em tais circunstâncias. Neste sentido:

**TJDFT: Penal. Confissão espontânea. Excludente de ilicitude alegada e não provada. Atenuante repelida. Surpresa. Agravante inexistente.1. Se o réu espontaneamente confessa a autoria do fato, alegando que não constitui crime porque o praticou em legítima defesa, excludente de ilicitude por ele não provada, não pode essa circunstância ser reconhecida como atenuante. (...). (Apelação Criminal nº 1753197DF. segunda Turma Criminal. Relator Des. Getulio Pinheiro. Julgamento em 21/08/1997)**

**TJSC: "Não se configura a atenuante quando o agente, confessando a autoria, alega causa justificativa ou dirimente" (Julio Fabbrini Mirabete) – Hipótese em que não houve confissão, porquanto, diante da prova constante dos autos, os fatos não ocorreram da forma como narrada pelo réu" (JCAT 96/595)<sup>2</sup>**

**TACRSP: "A confissão só pode ser reconhecida como atenuante obrigatória quando se dá de forma completa, a fim de se prestigiar a sinceridade do infrator, pois, em hipótese contrária, inexistente verdade total da dinâmica da ocorrência penal" (RJDTACRIM 31/84)<sup>3</sup>**

<sup>2</sup> In MIRABETE, Julio Fabbrini. FABBRINI, Renato N. Código Penal Interpretado. 6ª Edição. Editora Atlas. Pág. 537.

<sup>3</sup> In MIRABETE, Julio Fabbrini. FABBRINI, Renato N. Código Penal Interpretado. 6ª Edição. Editora Atlas. Pág. 539.



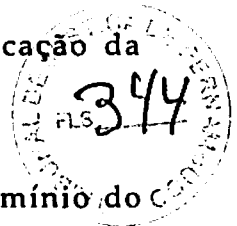
De todo modo, frise-se que a defesa em nenhum momento fez referência à mencionada atenuante, a qual, por tal razão, sequer foi tema de quesito específico em plenário, sendo certo que a falta de arguição da atenuante por parte da defesa afasta, ainda, eventual alegação de nulidade por ausência de quesito específico relativo à atenuante. Neste sentido:

**STF: HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL! PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE QUESITAÇÃO DE TESE DEFENSIVA. TESE NÃO SUSCITADA PELA DEFESA NA SESSÃO DE JULGAMENTO. CONSTRANGIMENTO NÃO CONFIGURADO.** 1. Durante a fase de debates orais, na sessão de julgamento do Tribunal do Júri, a defesa limitou-se a sustentar a negativa de autoria e a existência de roubo seguido de morte. A tese de participação de menor importância não foi apresentada em plenário. 2. Não há nulidade pela ausência de quesitação de tese não sustentada pelo defensor em plenário de julgamento do Tribunal do Júri. 3. Ordem denegada. (HC 105030/SP. Primeira Turma. Relatora Ministra Cármen Lúcia. Julgamento em 22/02/2011)

**TJPE: Constitucional. Penal. Processual Penal. Julgamento pelo Júri. Homicídio qualificado (art. 121, § 2º, II, do Código Penal). Preliminar de nulidade de ausência de quesito obrigatório - atenuante genérica. Improcedente.** Após a vigência da Lei nº 11.689/08, de 09 de junho de 2008, que reformou o procedimento do Tribunal do Júri, restou determinado que, as circunstâncias atenuantes e agravantes, não mais sejam quesitadas aos juízes leigos, ficando o Juiz-Presidente do Júri dispensado da obrigação de formular o quesito genérico sobre a questão, como previa a anterior regra do inciso III, do art. 484, do mesmo Diploma Legal, cuja violação, eivava o julgamento de nulidade absoluta. Ausência de protesto da defesa em tempo oportuno. Preclusão. (...) Recurso improvido. Decisão Unânime. (Apelação Criminal nº 182008-0. Segunda Câmara Criminal. Relatora Desembargadora Helena Caúla Reis. Julgamento em 02/09/2009)

Por fim, diga-se que não há relação entre o exame das circunstâncias judiciais e o patamar de redução decorrente da minorante do homicídio privilegiado. Na verdade, os critérios para a diminuição com base no privilégio estão expressamente contidos no artigo 121, §1º,

do CP, quais sejam: relevância do valor moral ou social, intensidade do domínio do réu pela violenta emoção ou grau de injusta provocação da vítima.



*In casu*, por entender que não foi tão intenso o domínio do acusado pela violenta emoção, a juíza reduziu a pena em apenas 1/3 (um terço), tudo nos termos legais e com base nas circunstâncias do fato. Logo, não há qualquer reparo a ser feito também nesta parte.

No mais, como consequência do entendimento supra, não vislumbro razão para a alteração do regime inicial de cumprimento da pena, até por se encontrar em harmonia com as disposições do artigo 33, §2º, *b*, do Estatuto Repressivo.

Por conseguinte, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, o meu voto é no sentido de negar provimento ao recurso a fim de que seja mantida *in totum* a decisão impugnada.

É COMO VOTO.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0270274-5**  
**PROCESSO ORIGINÁRIO Nº: 0000098-89.2006.8.17.1500**  
**COMARCA** : Tracunhaém – Vara Única  
**APELANTE** : Elias Alexandre da Silva  
**APELADO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**PROCURADOR(A)** : Adriana Fontes  
**RELATOR** : Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima  
**REVISOR** : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

## **VOTO DE REVISÃO**

---

Insurge-se o recorrente **Elias Alexandre da Silva** contra sentença do Tribunal do Júri de fls. 286/288 que o condenou à pena definitiva de 06 (seis) anos de reclusão por infração ao art. 121, § 1º, do Código Penal, alegando que houve exacerbação da pena base, fixada em 09 (nove) anos de reclusão, e que não foi reconhecida a atenuante da confissão espontânea, pugnando pela fixação da pena definitiva em 04 (quatro) anos de reclusão, após a redução de 1/3 (um terço) pelo privilégio, a ser cumprida em regime aberto.

A Juíza Presidente do Tribunal do Júri, ao aplicar a pena-base pouco acima do mínimo legal, em 09 (nove) anos de reclusão, assim o fez após exame detalhado das circunstâncias judiciais previstas no art. 59<sup>1</sup>, do Código Penal, como se verifica na sentença, às fls. 286/288, *verbis*:

*"(...) Passo a dosar a pena:*

---

<sup>1</sup> **Fixação da pena**

**Art. 59** - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

- I** - as penas aplicáveis dentre as cominadas;
- II** - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;
- III** - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;
- IV** - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível.

M  
1



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

*Apreciados os critérios previstos no artigo 59, do Código de Penal Brasileiro, verifica-se que o réu não tem uma boa conduta social, sendo uma pessoa violenta, conforme prova testemunhal dos autos, com grau de culpabilidade elevado por ser a vítima seu genitor, as circunstâncias e consequências do crime serem próprias para o tipo penal, embora nada justifique tal conduta, razão pela qual fixo a pena base em 09 (nove) anos de reclusão.*

*Por sua vez, observo que não foram requeridas circunstâncias agravantes pelo Ministério Público durante os debates, como também não haver atenuantes arguidas, inclusive o réu em Juízo declarou ser inocente, não havendo que se falar em confissão.*

*Com relação à causa de diminuição da pena, reduzo em 1/3 (um terço), em face do réu ter agido sob violenta emoção, logo em seguida a injusta provação da vítima, como reconhecido pelo Conselho de Sentença.*

*Desse modo, a pena definitiva passa a ser de 06 (seis) anos de reclusão, ante a ausência de qualquer causa de aumento ou diminuição.*

*Sintetizando, o réu ELIAS ALEXANDRE DA SILVA fica condenado à pena concreta e definitiva em 06 (seis) anos de reclusão.*

*O réu cumprirá a pena em regime inicialmente semi-aberto na Penitenciária Regional de Canhotinho – Canhotinho – PE, de acordo com disposto no art. 33, §2º, alínea 'b' do CPB. (...)"*

Tendo em vista que a juíza sentenciante reconheceu como negativa a conduta social e a culpabilidade, a pena-base aplicada em 09 (nove) anos de reclusão não se mostra exacerbada, mesmo sendo o recorrente primário e de bons antecedentes, nada tendo a ser reparado nesse sentido.

Ressalte-se, ainda, que o legislador conferiu discricionariedade ao Juiz para aplicar a pena dentro dos limites previstos no preceito secundário de cada delito, o quanto baste para a prevenção e reprovação do crime.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

Com relação à atenuante da confissão espontânea, cuido não assistir razão à defesa, uma vez que o recorrente, o ser interrogado por ocasião de seu julgamento perante o Tribunal Popular, negou a autoria do delito ao afirmar: "(...) *que não matou a vítima dos presentes autos (...) que é inocente, não matou seu pai (...)*", tendo a magistrada levado em consideração tais afirmações na segunda fase da dosimetria.

Demais disso, nos moldes do art. 492, inciso I, alínea "b"<sup>2</sup>, do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 11.689/06, o juiz Presidente do Tribunal do Júri somente poderá considerar as agravantes e atenuantes que tenham sido objeto dos debates, o que, *in casu*, não ocorreu, conforme ata da sessão do júri fls. 291/293.

Por fim, observo que a causa de diminuição de pena pelo privilégio foi aplicada em sua fração máxima, devendo o recorrente cumprir a pena no regime outrora fixado (semiaberto), haja vista que o *quantum* da pena restou inalterado.

Isto posto, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento ao recurso.**

É como voto.

Recife, 22 de *março* de 2013.

*Alexandre Guedes Alcoforado Assunção*  
**Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção – Revisor**

<sup>2</sup> **Art. 492.** Em seguida, o presidente proferirá sentença que: (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

I – no caso de condenação: (...) (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

b) considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes alegadas nos debates; (...) (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)